

---

## **A Organização do Trabalho Pedagógico para Inclusão de Crianças com Espectro Autista na Educação Regular**

### **The Organization of Pedagogical Work for the Inclusion of Children with Autism Spectrum Disorder in Regular Education**

REVISTA CIENTÍFICA FADESA, VOL.1, Nº 1, 2024 || Published: 2024-01-25

---

#### **Rejane de Aquino Dias Braga**

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9373413855443025>

Faculdade para o Desenvolvimento  
Sustentável da Amazônia (FADESA), Brasil  
E-mail: [direcao@fadesa.edu.br](mailto:direcao@fadesa.edu.br)

#### **William Araújo Gomes**

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0555671480587708>

Faculdade para o Desenvolvimento  
Sustentável da Amazônia (FADESA), Brasil  
E-mail: [william.gomesaraujo@outlook.com](mailto:william.gomesaraujo@outlook.com)

---

### **RESUMO**

O texto sob título “A organização do trabalho pedagógico para inclusão de crianças com espectro autista na educação regular” teve por objetivo analisar estratégias para uma ação pedagógica que possibilite ao segmento infantil com autismo o direito a uma educação inclusiva de qualidade. A pesquisa teve por pressuposto que existem desafios experienciados pelos professores, e que estes buscam estratégias para assegurar aprendizagem das crianças com deficiência. Tematizar criticamente esse processo inclusivo foi o foco principal. Optou-se por uma pesquisa bibliográfica sistemática, com viés qualitativo. O cenário é este: existe a obrigatoriedade legal da inserção, mas sem mecanismos coercitivos legais para a qualidade do processo inclusivo. Nesse sentido, buscou-se captar análises e proposições postas no circuito teórico, facilitando assim apresentar uma condensação temática sobre esse grande desafio que é a inclusão qualitativa de crianças com espectro autista no sistema regular de ensino. Este artigo foi desenvolvido em dois momentos, no primeiro discorre de como deve acontecer a inclusão do aluno com deficiências na educação regular, já no segundo relata sobre a atuação pedagógica do professor frente a este desafio.

**Palavras-chave:** Aprendizagem, Desafios, Autismo, Inclusão.

---

### **ABSTRACT**

The text under the title "The organization of pedagogical work for the inclusion of children with autism spectrum disorder in regular education" aimed to analyze strategies for a pedagogical action that enables the childhood segment with autism the right to quality inclusive education. The research presupposed that there are challenges experienced by teachers, and that they seek strategies to ensure the learning of children with disabilities. Critically thematizing this inclusive process was the main focus. We opted for a systematic literature review with a qualitative bias. The scenario is as follows: there is a legal obligation for inclusion, but without legal coercive mechanisms for the quality of the inclusive process. In this sense, we sought to capture analyses and propositions placed in the theoretical circuit, thus facilitating the presentation of a thematic condensation on this great challenge, which is the qualitative inclusion of children with autism spectrum disorder in the regular education system. This article was developed in two moments; the first discusses how the inclusion of students with disabilities in regular education should occur, while the second reports on the pedagogical actions of the teacher facing this challenge.

**Keywords:** Learning, Challenges, Autism, Inclusion.

---

## INTRODUÇÃO

A busca por uma educação igualitária é tema recorrente no atual contexto educacional, principalmente quando se refere à inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Apesar da ampla discussão em torno dessa temática, ainda há uma série de limitações quanto à prática da inclusão e o papel do professor, para que o mesmo esteja preparado para lidar com as dificuldades provindas do ensino voltado para crianças com deficiência (Diaz, 2009).

O estudo teve por foco as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores para possibilitar as crianças autistas o direito a uma inclusão com qualidade, como também, os principais desafios enfrentados pelos docentes nesse intento.

Discutir sobre a inclusão se torna pertinente diante de uma sociedade diversificada como a nossa. A luta por igualdade e respeito vem ampliando-se com intuito de garantir direito, participação social e educativa para todos indivíduos independente de suas especificidades (Do Nascimento, Do Nascimento, Dos Santos, 2017).

O interesse investigativo esteve calcado nas seguintes interrogativas: que processos pedagógicos são aplicados à inclusão escolar de crianças com autismo? Quais desafios encontrados na inclusão dos discentes com autismo?

Em caráter geral, professores estão na linha de frente, administrando e mediando processos de aprendizagens de alunos sem ou com deficiência. Nesse contexto, dilemas referentes à inclusão se manifestam. O lidar pedagógico para um processo inclusivo carrega uma série de desafios. Nos enfrentamentos técnicos, expressos como organização pedagógica é que se encontra as vias reais de inclusão de crianças autistas no sistema regular de ensino (Vieira, Ramo, Simões, 2018).

A pesquisa foi bibliográfica sistemática de teor qualitativa. Nessa tipologia investigativa o conteúdo recortado é matéria prima para análises. A partir do estudo apresentado espera-se trazer contributos reflexivos sobre dilemas pró inclusão real de crianças com autismo.

Ao considerar relevante a discussão e a pesquisa sobre essa temática, pois além de possibilitar compreensão sobre a intervenção pedagógica, e suas características deixa refletir sobre a inclusão escolar e os desafios encontrados pelos professores para consolidar essa inclusão e garantir a progressão da aprendizagem dos alunos no âmbito escolar.

A pesquisa teve por objetivo analisar estratégias pedagógicas que possibilite crianças com espectro autista experienciar o direito a uma educação inclusiva de qualidade. E de forma específica: identificar desafios encontrados pelos professores no processo de inclusão; verificar estratégias pedagógicas quanto à inclusão de alunos com autismo nas aulas regulares.

## A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO PARA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO REGULAR

A Educação Especial deve oferecer o Atendimento Especializado às necessidades educacionais especiais dos alunos do ensino fundamental e médio com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação (Brasil, 2008, p.3).

Mesmo sabendo da obrigatoriedade da inclusão do aluno com deficiência, faz necessário recorrer a legislação que define esta inclusão, para reconhecer as Leis que permitem que essas pessoas sejam acolhidas pela sociedade.

Baseando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), a lei nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a lei de amparo à pessoa com autismo, a lei nº 12.764/12, esta, por sinal, considerada uma das mais importantes para o Brasil nesse enfoque da inclusão da pessoa com TEA.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394/96 reorganiza a concepção do ensino voltada à pessoa com Necessidade Educacional Especial e estabelece um sistema de ensino equivalente a uma educação inclusiva. No capítulo V, da sessão da educação especial, em seu art. 59 expõe que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com Necessidades Educacionais Especiais:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências [...], professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins [...] acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996, p. 19-20).

A busca por meios e estratégias para o trabalho com alunos autistas depende muito do empenho, sensibilidade e disponibilidade do professor em manter-se informado sobre as atualidades na área.

De acordo com Sassaki (1999, p. 41) inclusão social pode ser conceituada como sendo o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui então um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre as soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Sancionada a lei nº 12.764 no dia 27 de dezembro de 2012, a pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo passa a ser vista no Brasil de forma mais eloquente. No art. 3º da lei, afirma que são direitos da pessoa com TEA,

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (Brasil, 12.764/12).

A inclusão de alunos com deficiências nas escolas de ensino regular requer a superação de vários desafios, dentre os quais a preparação dos docentes, já que o processo de inclusão não se limita à mera matrícula do aluno na escola regular. Cabe à instituição escolar atender os alunos em suas especificidades e singularidades, a fim de lhes garantir uma educação de qualidade. Cunha (2014, p. 101) declara que “não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão”. Assim, é importante que os professores estejam aptos a atuar com alunos autistas a fim de que estes se desenvolvam em todos os seus aspectos: físico, afetivo, social e cognitivo.

A inclusão destes alunos nas escolas públicas é necessária, pois desperta nos educandos atitudes de solidariedade, pois tal “acordar” começa na escola, onde o indivíduo é orientado a trabalhar suas atitudes diante da sociedade. Como Carvalho (1999) afirma que, a inclusão traz benefício a todos, pois podem desenvolver solidariedade, respeito às diferenças e cooperação uns para com os outros.

Incluir não é só integrar [...] Não é estar dentro de uma sala onde a inexistência de consciencialização de valores e a aceitação não existem. É aceitar integralmente e incondicionalmente as diferenças de todos, em uma valorização do ser enquanto semelhante a nós com igualdade de direitos e oportunidades. É mais do que desenvolver comportamentos, é uma questão de consciencialização e de atitudes (Cavaco, 2014, p. 31)

Os professores, sejam especialistas ou não em Atendimento Educacional Especializado, devem demonstrar amor, dedicação, paciência, falar baixo, utilizar recursos visuais e concretos para que os alunos com transtorno possam entender o conteúdo, chamar a atenção destes com delicadeza.

Deve também os incluí em jogos, brincadeiras e atividades, ser claro e objetivo, utilizar vocabulário de fácil entendimento, conhecer as áreas de interesse do aluno, dividir as tarefas propostas em etapas, auxiliar o aluno sempre que necessário, comunicar-se por meio de figuras, promover sua autonomia, criar um painel de rotinas, entre outras ações que contribuem significativamente para o desenvolvimento do aluno com TEA. (Silva; Gaiato; Reveles, 2012).

A inclusão vai além da estrutura e da boa vontade dos profissionais da educação, “incluir é aceitar, é sentir a educação além do contexto físico do espaço sala ou escola, é, sobretudo, uma forma de estar e de ser dos pais, dos docentes e não docentes, das escolas, da sociedade e do mundo em geral. Isto é inclusão” (Cavaco, 2014, p. 36).

De acordo com Suplino (2009, p. 2), “para que o acesso esteja garantido, torna-se necessário assegurar a permanência com qualidade”. Dessa forma, é essencial focar nos potenciais de cada aluno, é necessário que o educador transmita confiança e segurança para este, para que ele aprenda de forma significativa. Além disso, “para que haja esse ensino de qualidade é necessário currículo apropriado de modo que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros” (Mendes, 2002 apud Brande; Zanfelicce, 2012, p. 44).

Entende-se que para acontecer a inclusão de fato, os sistemas de ensino devem criar escolas e capacitar professores e funcionários, para que os mesmos compreendam a singularidade de cada criança e aprendam a conviver, respeitar e principalmente oferecer a mesma qualidade de ensino a todos, com as mesmas condições de desenvolvimento (Diaz, 2009).

Para que os mesmos sejam aceitos e atendidos conforme todo o processo inclusivo propõe, abandonando os atos que segregam os indivíduos autistas, pois tais atos em nada ajudam, só vem a prejudicar. Sabendo que, para a inclusão de uma criança autista na escola, para isso é fundamental que todos os envolvidos, família, amigos e escola, os tratem normalmente, tentando entendê-los na sua forma de ser, proporcionando tratamento em todas as áreas que precisem (Da Silva, Nóbrega, 2021).

### **A inclusão e organização pedagógica para alunos com deficiências nas aulas regulares**

Não existe uma “receita” para ensinar crianças e adolescentes com deficiência. Hoje, os especialistas em educação já sabem: mesmo que duas pessoas apresentem o mesmo diagnóstico, elas podem reagir de modos diferentes a uma mesma proposta pedagógica. Por isso, o que funciona para um estudante com autismo pode não funcionar para outro (Jeremias, 2020).

A inclusão está diretamente relacionada com o processo de ensino-aprendizagem, não basta só incluir, a escola deve ofertar um ensino de qualidade e para isso o professor deve desenvolver metodologias diversificadas e flexíveis. Para que se possa obter uma resposta positiva ao seu trabalho, essa desenvoltura terá que existir independente da heterogeneidade encontrada em sala de aula (Bernardes, 2022)

Considera-se, que os primeiros contatos da criança vivendo em sociedade é a escola. E a escola traça como objetivos primordiais que, nos primeiros anos da vida escolar, é promover a socialização das crianças, tendo em vista que é o primeiro momento em que as elas começam a se socializarem de maneira direta com outras pessoas que não fazem parte do seu ambiente familiar.

Atenta a isso, a escola torna-se espaço fundamental para as crianças autistas, já que elas têm dificuldade de socialização (Corrêa, Mota, 2022).

É uma missão desafiadora para o professor sensibilizar as demais crianças que o aluno diagnosticado com transtorno deve ser tratado com respeito e empatia, pois, ainda é muito comum a rejeição de muitos. É importante evitar que qualquer criança que ocupa seu espaço na escola seja “diminuída” e sim mostrar o quanto ela é capaz de realizar suas atividades, começando pelas questões mais simples, mas que para os sujeitos com determinadas peculiaridades é um grande aprendizado. O professor deve sempre ressaltar que a criança com o espectro autista consegue aprender, e deve ser motivado diariamente (Diaz, 2011).

Como ressaltava Lima (2006, p.63).

A inclusão, portanto, não é algo que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, continua e tenazmente, concreta e fracamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é uma mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos os seres humanos sem distinção. (Lima, 2006, p. 63)

Com isso, os professores devem rever suas críticas sobre as condições que essa criança exige no seu processo de ensino-aprendizagem, para que assim a inclusão seja completa envolvendo o todo, escola, pais, e sociedade onde a criança está inserida (Oliveira, 2020).

Apesar do consenso de que a participação das pessoas com deficiência é um direito inquestionável, muitos professores e gestores escolares ainda resistem, declarando-se despreparados para concretizá-la. Até mesmo educadores que se dizem favoráveis à inclusão de pessoas com deficiência admitem exceções, alegando não terem o “preparo necessário” (Greguol, Malagodi, Carraro, 2018).

É notável que a criança com espectro autista, não gosta de mudanças elas gostam de estarem em um ambiente sempre igual, as brincadeiras sempre as mesmas e não muito produtivas, mas para ela/ele é uma diversão. E isso torna desafiador para o professor, devendo ele se adaptar com os ensejos deste aluno, acima de tudo respeitando os seus limites e deixar a mesma criar um vínculo com o adulto, dar confiança para que a criança não se bloqueie assim esse adulto ajudará muito na aprendizagem dessa criança (Oliveira, 2020).

O professor é quem deve estimular a concentração, para que o déficit de atenção seja corrigido de maneira mais natural possível, o aluno autista jamais deve ser privado das atividades em sala de aula, e sim ser acrescido e nunca diminuído.

Lopez (2011) atribui o papel do professor como o mediador, ela o define como aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação concebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo desenvolvimento.

Pois, o aluno autista necessita de uma boa metodologia, as salas de aulas devem ter número de alunos reduzidos, facilitando a assistência necessária do professor ao autista, pois é importante a criação de rotinas de trabalho, como arrumação da sala, formas de escrever no quadro negro, também é preciso um ambiente calmo e sem não deve ter agitação, pois mudanças bruscas no ambiente podem irritar a criança autista (Santos, et al., 2013).

Kanner, (2014, p. 537), relata que:

As crianças são dependentes em muitos aspectos, mas precisam aprender a ser mais independente possível. Uma grande parte do sucesso que conseguirem no futuro dependerá da forma como os adultos se relacionam com elas. Para isso, o vínculo professor- aprendiz exigirá um ensino estruturado e sistemático, para que possam aprender. (KANNER, 2014, p. 537)

Segundo Kanner (2014, p. 537),

Pode ser que o professor ache muito difícil ensinar um autista, e para a criança isto não será indiferente. É importante que o professor reconheça seus sentimentos, tente ser sincero consigo mesmo e não demonstre algo que não sente.

É indispensável que o professor conheça todas as características e dificuldades que abrangem esse transtorno, só assim ele será capaz de planejar suas ações de modo que no vivenciar das experiências a criança não seja vítima de atos discriminatórios.

Sobre isso Orrú (2003, p.1) diz,

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...]. (Orrú, 2003, p.1)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a necessidade de aprendizagem de cada criança, é ir além do que olhos podem ver, é trilhar um caminho sem placas de direcionamento, e que apesar das dúvidas, cada caminho trilhado, é um conhecimento construído, e os obstáculos que aparecerem no caminhar vão conduzindo a novos saberes.

Pois, ao desenvolver esta pesquisa tive uma visão diferente em relação a criança com Transtorno presente nas aulas regulares, aprimorando o conhecimento de como reconhecer os principais fatos, a relevância do desafio do professor ao lidar com esta deficiência, e como transmitir conhecimentos a estas.

Ao realizar pesquisa sobre o contexto, reconhece os principais desafios encontrados pelos professores quanto à inclusão de alunos deficientes nas escolas, assim identificando estratégias para o desenvolvimento de ações pedagógicas em sala de aula com estes alunos, compreendendo o papel do professor intermediador a frente da inclusão do aluno autista.



Pode perceber que os avanços atuais da legislação se tornam relevantes na conjuntura social versando a visibilidade da inclusão da pessoa com Necessidade Educacional Especial (NEE). É valido salientar que as leis são embasamentos para reflexões sobre o que é ser inclusivo e qual a importância do ato inclusivo na sociedade.

Também se compreende que ela é uma criança que precisa ser amada acima de tudo e estimulada um pouco mais para que se desenvolva. Livrar-se de todo preconceito e buscar informação, são atitudes essenciais da família e amigos para ajudar a criança.

Conclui que a pesquisa e discussão dessa temática ampliou olhares sobre a aprendizagem de crianças deficientes e a forma de lidar com ele nos variados contextos sociais, especialmente, no contexto familiar e escolar.

## REFERÊNCIAS

(APA) American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5**. 5ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2014 [Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento...et al.]

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BERNARDES, Amanda Regina. **A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista (tea) no ensino fundamental anos iniciais**, 2022. Disponível: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_MD4\\_SA10\\_ID2\\_588\\_17092018182124.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA10_ID2_588_17092018182124.pdf) acesso em 19/12/2023

CORRÊA, Biébele Abreu; MOTA, Edimilson Antônio. O processo de adaptação da criança na Educação Infantil: a importância do acolhimento. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 12, 5 de abril de 2022.

CAMPELO, Marilene Consiglio. **Autismo: Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. Instituto Indianápolis**. Disponível em: <http://www.indianapolis.com.br/artigos/autismo-transtorno-invasivo-desenvolvimento/> Acesso em: 10/06/2020.

CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2020.

DIAZ, Feliz. et al., **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

DIAZ, Félix. **O processo de aprendizagem e seus transtornos**. Salvador: EDUFBA, 2011. 396 p. il.

DO NASCIMENTO, Maria Andreza; DO NASCIMENTO, Antonio Anderson Brito; DOS SANTOS, Mariluze Riani Diniz. **Autismo e o trabalho docente: reflexões sobre os desafios**



encontrados para a inclusão de uma autista na educação infantil. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017.

DA SILVA, Wislania Oliveira Lima. NÓBREGA, Faciene da Silva. A inclusão do autista na educação infantil. **Revista Educacional da Sucesso**. Vol 1, n.1, 2021.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1990**. 3. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2012.

GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 33-44, 2018.

JEREMIAS, Maria Aparecida. **Estudo sobre aplicativos para auxiliar crianças com autismo nas tarefas do cotidiano**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (TCC/monografia). Araranguá-SC. 2020.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Disponível em:> [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-4462006000500002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-4462006000500002&script=sci_arttext) Acesso em: 07 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº9.394/96, de 20 de dezembro de 1996)**. Disponível em: Acesso em: 18 jun. 2020.

ORRÚ, S. E. **A Formação de Professores e a Educação de Autistas**. Revista Iberoamericana de Educación (Online), Espanha, v. 31, p. 01-15, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.

SCHMIDT, Carlo. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. In: SCHMIDT, C (org.) **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

STEINER, Carlos Eduardo. **Aspectos Genéticos e Neurológicos do Autismo: Proposta de abordagem interdisciplinar na avaliação diagnóstica do Autismo e distúrbios correlatos**. 1998. p. 14 (Dissertação) - Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

VIEIRA, Alexandro Braga; RAMOS, Inês de Oliveira; SIMÕES, Renata Duarte. Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares. **Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018.